

Mulheres Cabo-Verdianas – Vida Familiar e Profissional: O caso do Bairro São Marçal

Cape Verdean Women - Family and Professional Life: The case of the São Marçal neighborhood

Maria da Encarnação Tavares¹
Hélia Bracons²
Ana Paula Garcia³

Resumo

Para muitas mulheres, a imigração é uma experiência altamente positiva do ponto de vista do *empowerment* e da emancipação individual. No entanto, para outras, a experiência implica uma especial vulnerabilidade e exposição a situações de pobreza, discriminação e exploração. Os problemas inerentes à gestão da vida familiar e profissional afetam quase todas as mulheres, mas não de igual forma, sendo mais gravosos para as que vivem em contexto de imigração e têm muitos filhos a cargo. Pretende-se com este trabalho – em que o objeto de estudo são as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal, na Portela de Carnaxide, concelho de Oeiras - identificar as estratégias utilizadas por estas mulheres para conciliar a vida familiar e profissional e, perceber as suas características, aprofundar os conhecimentos sobre os seus percursos de vida, trabalho, hábitos culturais e nível de qualificação do agregado. O trabalho de natureza qualitativa teve como amostra 26 entrevistadas, sendo todas mulheres cabo-verdianas. Como resultado, observa-se que em muitas famílias, tende a haver uma demissão das responsabilidades parentais por parte dos homens, sobretudo depois da separação ou do divórcio. Acresce, ainda, a pouca partilha e a alternância de papéis. Para além destas consequências, que se percebem como problemáticas preocupantes, verifica-se no bairro um número crescente de jovens com absentismo escolar e/ou abandono escolar, que apresentam inclusivamente comportamentos desviantes ou delinquentes.

Palavras-Chave: Imigração; mulheres cabo-verdianas; gestão trabalho e vida familiar; cuidadora de filhos.

Abstract

For many women, immigration is a highly positive experience from the point of view of empowerment and individual emancipation. However, for others, the experience entails particular vulnerability and exposure to situations of poverty, discrimination and exploitation. The problems inherent in managing family and professional life affect almost all women, but not all equally, and are more severe for those who live in an immigrant context and have many dependent children. The aim of this study - in which the object of study is Cape Verdean women living in Bairro São Marçal, in Portela de Carnaxide, in the municipality of Oeiras - is to identify the strategies used by these women to reconcile family and professional life and, by understanding their characteristics, to deepen our knowledge of their life paths, work, cultural habits and the level of qualification of the household: the qualitative study sampled 26 interviewees, all Cape Verdean women. As a result, it was observed that in many families, there tends to be a relinquishing of parental responsibilities by men, especially after separation or divorce. In addition, there is little sharing and alternation of roles. In addition to these consequences, which are perceived as worrying problems, a growing number of young people in the neighborhood who are absent from school and/or drop out, and who even display deviant or delinquent behavior.

Keywords: Immigration; Cape Verdean women; managing work and family life; caring for children.

¹ Licenciada em Serviço Social. Mestre em Serviço Social - Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, da Universidade Lusófona | encarnacao75@gmail.com

² Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Universidade Lusófona. Desenvolve investigação sobre Interculturalidade e Competências Culturais | helia.bracons@ulusofona.pt

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora Auxiliar da Universidade Lusófona. Desenvolve investigação sobre Formação em Serviço Social e Supervisão Pedagógica | anapaula.garcia@ulusofona.pt

Introdução⁴

Segundo Neves (2008) Cabo Verde é um pequeno estado insular em desenvolvimento, desprovido de recursos/riquezas naturais, mas com uma localização geoestratégica relevante, no meio do Atlântico. Com estabilidade, clima ameno, grande diversidade cultural e pluralidade paisagística, em uma gestão ousada da vantagem geográfica, transformou-se numa referência em África, no que se refere a liberdade, democracia e boa governação.

Em Cabo Verde, as mulheres são identificadas como as principais vítimas da pobreza, em particular as mulheres chefes de família, desempregadas e com baixo nível de qualificação. Por este motivo, e não somente, torna-se fundamental garantir-lhes direito à educação, qualificação para o trabalho e promoção (Queiroz, 2010).

Baseando-se em estudos prévios e documentos literários, Backstrom (2009), indicou a seca, a fome, os empregos pouco gratificantes, o desemprego e a falta de recursos naturais nos ilhéus como fatores que impossibilitaram a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência das pessoas, levando-as a sair das ilhas à procura de melhores condições de vida.

Embora apareça numa primeira fase associada apenas ao reagrupamento familiar, a integração no mercado de trabalho tornou-se de grande importância já que “as mulheres cabo-verdianas nas ilhas ou na diáspora, além de gerirem a economia dos que dependem delas por laços familiares ou de vizinhança, produzem também, rendimentos de trabalho” (Grassi, 2006, p. 4). A verdade é que a mulher cabo-verdiana desempenha um papel relevante na vida familiar.

Segundo os Censos 2021, a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal era constituída maioritariamente por mulheres (276 593 mulheres e 265 572 homens), o que se traduzia numa relação de 96 homens por cada 100 mulheres. Os estrangeiros residentes no país eram, portanto, maioritariamente mulheres (51,0%). Analisando as principais nacionalidades, observam-se diferenças bastante significativas na composição por sexo: nos nacionais de Angola, São Tomé e Príncipe, Brasil, Ucrânia, Espanha e Cabo Verde, as mulheres tinham maior representatividade, constatando-se valores entre os 77 e os 89 homens por cada 100 mulheres.

⁴ Este artigo resulta da dissertação de mestrado em Serviço Social - Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, da Universidade Lusófona, apresentada em Fevereiro de 2024 no ISS-UL tendo, todavia, sofrido algumas alterações para este mesmo efeito.

Relativamente à situação laboral, segundo os Censos 2021, o trabalho doméstico em casas particulares, hotéis e escritórios era a principal atividade profissional para 7 das 15 nacionalidades estrangeiras mais representativas a residir em Portugal, destacando-se os nacionais de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, com valores acima dos 22,0% da população empregada.

Em 2020 e 2021 verifica-se contributos positivos dos imigrantes para a demografia portuguesa. Os estrangeiros continuam a contribuir de forma expressiva para os nascimentos em Portugal: em 2020 e em 2021 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por, respetivamente, 13,5% e 13,6% do total dos nados-vivos em Portugal, importâncias relativas bastante significativas atendendo a que a população estrangeira nesse ano apenas representou 6,4% em 2020 e 6,8% em 2021 do total da população residente no país (Oliveira, 2022).

Segundo Batalha (2008), a maioria dos cabo-verdianos residentes em Portugal vivem em bairros sociais, criados nos anos 90, tendo sido financiados pelo Estado/ autarquias através de fundos provenientes da União Europeia. Estas famílias viviam anteriormente nos “bairros de lata” na área metropolitana de Lisboa e nos Concelhos da Amadora, Cascais, Loures, Lisboa, Oeiras e Setúbal.

A imigração cabo-verdiana em Portugal caracterizada por concentrar-se em profissões com baixa qualificação e no mercado secundário de trabalho. Assim, os homens estão inseridos principalmente no setor da construção civil (servente, pedreiro) e as mulheres no setor doméstico (auxiliar de limpeza) (Delgado, 2013).

Segundo a mesma autora, nas manifestações culturais deste povo facilmente se verifica a presença desta singularidade, em que por um lado, sobressai a cultura europeia e por outro, a cultura africana, podendo por isso ser considerada híbrida.

Importa assim referir que os cabo-verdianos herdaram desses continentes uma cultura onde está incluída a língua, a religião, a identidade, entre outros fatores. O contributo dado pelos africanos deixou marcas no povo cabo-verdiano e isso é visível nas expressões ao nível da música, da dança, da arte em geral, da alimentação, dos rituais, “da cultura africana, são inúmeros os exemplos, como o uso do pilão, a tabanca, o batuque, o colá” (Backstrom, 2009).

A população imigrante é uma população heterogénea, diversificada e cada vez mais escolarizada. Contudo, para muitos migrantes, a predominância de baixos níveis de

escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores em que é mais precária e instável a relação laboral, nos quais há um baixo nível de remuneração global, a migração forçada ou de clandestinidade, desprovida de sistemas de proteção social, e a precariedade da situação social e económica fazem desses imigrantes um grupo particularmente vulnerável (Ramos & Dias, 2020).

Assim, a concentração de populações que vivem em condições socioeconómicas precárias, com fracas redes sociais, instabilidade familiar e profissional, e com taxas elevadas de violência e delinquência, constituem elementos de risco, exclusão e doença. Estes fatores agravam as dificuldades de integração na vida social, laboral e escolar, podendo conduzir a situações de isolamento e à constituição de guetos, favorecendo a estigmatização e a emergência de tensões sociais e sentimentos de intolerância, discriminação e xenofobia da população autóctone (Ramos & Dias, 2020).

À data dos últimos Censos (2021), mais de 68% da população de nacionalidade estrangeira (dos 15 aos 64 anos) era economicamente ativa e 60,5% encontrava-se empregada (OM). Segundo estes Censos, a análise por comunidade estrangeira revela diferenças bastante significativas. Para os nacionais de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia e Nepal, o grupo dos “Trabalhadores não qualificados” representava mais de 40% do total de empregados, um valor significativamente acima dos valores médios obtidos para a população estrangeira.

Segundo Ferreira, (2009), assistimos, à crescente heterogeneidade e diversidade do tipo de famílias, com o aumento das famílias monoparentais, das famílias reconstituídas e de pessoas que vivem sozinhas. Neste quadro, temos famílias que vivem de um único salário, outras de vários salários e outras que estão excluídas do trabalho e estão obrigadas a recorrer à assistência do Estado.

Relativamente à situação escolar, considerando as nacionalidades estrangeiras mais representativas, verificavam-se diferenças nas várias comunidades. Eram os nacionais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Índia, China e Guiné-Bissau, que possuíam os níveis de escolaridade mais baixos, na medida em que a proporção de indivíduos com nível de escolaridade abaixo do 3.º ciclo do ensino básico era superior a 25% (OM).

Muitos imigrantes, para colmatar as necessidades básicas essenciais, vêm-se obrigados a trabalhar longas horas de trabalho, sendo assim diminutos os momentos para conviver e acompanhar o desenvolvimento e educação dos filhos, subtraindo tempo de

convívio com os mesmos, comprometendo a capacidade de supervisão e tempo para cuidarem das suas próprias casas e da vida familiar.

Segundo Batalha (2008), a maior parte dos filhos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal abandona a escola muito cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a escolaridade obrigatória, o que contribui para acentuar a exclusão da comunidade. Importa assim salientar que o insucesso e o abandono escolar são situações/problemas muito frequentes nos jovens descendentes, mas não exclusivamente da população cabo-verdiana.

1. Objeto de análise e metodologia

O objeto do presente trabalho é - na sequência do que ficou referido no resumo - compreender como as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal conciliam a sua vida familiar e profissional.

Baseado numa amostra qualitativa de carácter intencional utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, pois através dela foi possível obter com maior eficácia a concretização dos objetivos propostos.

Na presente investigação, o universo são 109 mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro Social e a amostra é composta por 26 mulheres cabo-verdianas. As entrevistas decorreram entre os meses de Janeiro e Março de 2023 e a recolha de dados foi concretizada presencialmente. O guião da entrevista foi orientado para quatro objetivos/categorias de análise: a situação pessoal e familiar (com onze questões); a situação profissional (com cinco questões); os hábitos e vivências culturais (com cinco questões) e educação e acompanhamento dos filhos (com oito questões). Os dados foram tratados de acordo com as dimensões, através da análise de conteúdo categorial.

2. Análise e discussão dos resultados

2.1. Vida pessoal e familiar

Verificou-se que quinze entrevistadas nasceram em Cabo Verde, correspondendo a 62% da amostra e onze nasceram em Portugal, correspondendo a 38% da amostra. A maioria das entrevistadas nasceram em Cabo Verde e vieram para Portugal à procura de melhores condições de vida. Sete referiram que a vinda ocorreu através do reagrupamento

familiar (E1, E11, E13, E16, E19, E22, E24), uma referiu problemas de saúde (E8) e outra por causa da revolução do 25 de Abril (E20).

Quanto às expectativas, a questão foi respondida apenas pelas entrevistadas que nasceram em Cabo Verde. Para a maioria, as expectativas eram positivas e os objetivos que almejavam foram atingidos. Duas entrevistadas (E8 e E10), referiram não ter memória das expectativas “não tenho muita memória porque eu era bebé”, “não tinha ideia nenhuma de como seria Portugal”.

As restantes entrevistadas (E1, E3, E4, E7, E9, E11, E12, E13, E16, E19, E20, E22, E23, E24) relataram expectativas positivas em relação à sua vinda para Portugal, nomeadamente no que se refere a alcançar melhores condições de vida, diferentes das que tinham anteriormente. No entanto, três entrevistadas viram as suas expectativas frustradas “a vida aqui é um bocado sacrificada e o nosso trabalho enquanto empregada doméstica não é valorizado”, “eu achava que Portugal era muito rico, (...) mas afinal não é fácil, a vida é dura, é difícil”, “expectativas, tive muitas, mas ainda não consegui alcançar nenhuma” (E7, E13, E4).

No que respeita à integração na comunidade portuguesa, as entrevistadas consideraram que a sua integração, no geral, foi fácil, tendo-se sentido acolhidas tanto pela comunidade portuguesa como pela comunidade cabo-verdiana em Portugal. As mesmas referiram que o facto de alguns familiares já se encontrarem em Portugal facilitou muito a sua integração na comunidade. Mencionaram, também, que o facto de terem ido viver para bairros onde residia a comunidade cabo-verdiana ajudou bastante na sua integração, assim como o início da atividade laboral “quando cheguei arranjam-me trabalho (...) mais tarde fui procurar a minha própria casa, a minha barraca no bairro Pedreira dos Húngaros e mudei-me”, “comecei logo a trabalhar, portanto, foi fácil a minha adaptação”, “arranjei trabalho, fiz a minha vida, arranjei namorado e tive os meus filhos (...) graças a Deus correu bem”, “minha integração não foi difícil porque quando cheguei comecei a lidar” (E16). Apenas uma entrevistada referiu que: “A integração não foi fácil por causa do trabalho (...) antigamente o trabalho era mais duro (...) depois tive os filhos, lavava roupa no tanque, as fraldas que usavam era de pano, nós passámos muito mal para criar os nossos filhos” (E9).

Relativamente ao percurso de vida, a maioria considerou-o positivo: “o meu percurso foi sempre positivo, sempre a subir”, “eu achava que ia ter uma melhor vida aqui

do que em Cabo Verde e graças a Deus foi”, “tinha as expectativas bastante elevadas, o país de onde saí é muito pobre, sabia que vinha para melhor”. No entanto, três entrevistadas nascidas em Portugal (E14, E17, E18), consideraram-no difícil, conturbado e atribulado durante a infância e na adolescência, por terem engravidado e tido os filhos cedo demais, o que teve sérias implicações na sua vida “comecei a trabalhar aos onze anos (...) o meu primeiro filho tive aos catorze anos e o segundo aos dezasseis (...) O meu percurso de vida foi muito difícil, apanhava papelão em Linda-a-Velha e vendia”, “Tive uma infância um bocadinho atribulada”, “Com 16 anos tive o primeiro filho, um ano depois veio o segundo filho (...) num episódio de violência doméstica, pensei duas vezes e separei-me do pai dos meus filhos (...) Nessa altura o único emprego que eu conseguia fazer era limpezas, foi aí então que eu comecei a trabalhar e a organizar a minha vida”.

No que diz respeito aos agregados familiares, verificou-se que estes são compostos maioritariamente por famílias monoparentais (dezasseis agregados) (E2, E4, E6, E7, E8, E9, E12, E13, E15, E18, E19, E20, E21, E22, E23, E26), cujas responsáveis são mulheres. Os outros agregados são compostos por famílias tradicionais, no total de seis agregados: “vivo com meu marido e meus três filhos”, “o agregado é composto por mim, pelo meu marido e pelos nossos dois filhos, somos quatro”, “somos quatro, eu, meu marido, minha mãe e minha sobrinha”, “somos quatro, eu, o meu marido e dois filhos”, “somos cinco, eu, meu marido e três netos”, “somos sete pessoas, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos, o meu filho e eu” (E3, E5, E10, E16, E24, E25). Existem, ainda as famílias que vivem em união de facto, sendo quatro agregados: “somos nove, eu, o meu companheiro e os meus filhos”, “somos três, eu, o meu sobrinho e o meu companheiro”, “sou eu, o meu pai, meu companheiro e os meus quatro filhos, somos sete”, “sou eu, meu companheiro, meus cinco filhos e minha cunhada”, “eu, o meu sobrinho e o meu companheiro” (E1, E11, E14, E17). Todas as entrevistadas residem em casas camarárias arrendadas “camarária arrendada”, exceto duas entrevistadas que adquiriram essas casas, tornando-se proprietárias das mesmas “casa própria”.

Relativamente à conciliação entre a vida familiar e profissional, da análise efetuada, resultou que a maioria das entrevistadas prioriza a família, sendo no total catorze entrevistadas “a minha prioridade é a família”, “para mim a família está em primeiro lugar”, “prioridade para mim são os meus filhos (...) acima de tudo são sempre eles”,

“neste momento é a família”, “a família está primeiro lugar” (E5, E6, E7, E8, E9, E10, E14, E15, E16, E17, E21, E24, E25, E26). Em segundo lugar aparece o trabalho como prioridade, estabelecida por sete entrevistadas “a minha prioridade é o trabalho”, “a prioridade nº1 é o meu trabalho”, “primeiro é ir trabalhar”, “prioridade é o trabalho”. Em terceiro aparece a vida pessoal como prioridade para duas entrevistadas “prioritário é a minha vida pessoal”; “já ultrapassei muitas dificuldades pelo que, neste momento, a minha prioridade é sentir-me bem” (E11, E23). As restantes três entrevistadas não estabelecem qualquer prioridade entre os três aspetos, referindo que conseguem conciliar facilmente as três situações, sendo que uma referiu conciliar o trabalho e a vida pessoal durante a semana, priorizando a vida familiar aos fins-de-semana “cada um tem a sua devida importância, são todas uma prioridade”, “tento conciliar o trabalho com a vida pessoal, aos fins-de-semana compensamos a vida familiar, passando mais tempo juntos”, “por ser mãe solteira com filhos maiores de idade e a trabalhar, a conciliação é fácil”.

No que diz respeito à execução das tarefas domésticas, sobressai a divisão das mesmas entre todos os elementos que compõem o agregado, independentemente do género. A divisão das tarefas não acontece em dois agregados. A maioria das entrevistadas, concretamente, dezanove referiu que as tarefas domésticas são divididas entre todos “dividimos por todos”, “dividimos as tarefas entre todos”, “toda a gente faz tudo”, “dividimos cada um com a sua tarefa”. Cinco entrevistadas referiram que, apesar de contar com o apoio de alguns familiares, são elas que executam a maioria das tarefas domésticas, pese embora uma tenha justificado que o faz por combinação familiar e duas por se encontrarem reformadas “eu tenho de fazer tudo, apenas a filha mais nova ajuda”, “sou eu quem faço a limpeza os filhos ajudam, mas é muito pouco”, “agora sou eu a fazer porque a minha filha está a trabalhar e eu estou reformada”, “tarefas aqui em casa sou eu que as faço a maior parte delas”, “as tarefas domésticas ficam sempre a meu cargo, tratando o meu filho unicamente do seu quarto. Foi assim estabelecido entre nós”. Duas entrevistadas (E4, E16) referiram serem as únicas a realizar as tarefas “quem faz as tarefas sou eu”, “aqui em casa sou eu que faço tudo”.

Relativamente à organização conjunta da vida familiar, a maioria das entrevistadas (vinte) referiram organizar-se em família, seja com os seus maridos/companheiros, seja com os filhos (E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E14, E15, E16, E17, E18, E21, E22, E23, E24, E25, E26). Conforme as expressões descritas, para preparem qualquer

iniciativa, situação ou projeto, costumam reunir em família, conversar, analisar as situações e depois decidir “tento conversar com o meu marido primeiro, tentamos organizar e decidir e depois comunicamos aos filhos”; “fazemos uma reunião e todos têm de contribuir”; “é sempre entre eu e o meu marido (...) falamos sempre os dois, de noite, deitados, organizamos, planeamos e concretizamos. Comunicamos aos filhos se for algo relacionado a eles e que eles entendam”; “organizo tudo com a minha filha”; “a opinião de cada um é válido, inclusive, mesmo a minha filha que já não vive lá em casa dá a sua opinião, falamos e depois do parecer de todos agimos”; “em termos de organização era mais o meu pai a organizar tudo (...) eu falo com a minha mãe, falamos com os meus irmãos e depois a última palavra é sempre do meu pai”.

Verificou-se que quatro entrevistadas (E1, E2, E8, E13), referiram organizar-se sozinhas, uma por falta de interesse da família, as outras por vontade própria ou por serem famílias monoparentais “não organizamos em família, nunca reunimos para conversar porque não mostram interesse”; “eu organizo e decido sozinha e depois chamo os meus familiares para comunicar a minha decisão”. Averiguou-se, também que duas entrevistadas referiram que nem sempre pensam em conjunto “nem sempre pensamos em conjunto”; “nem sempre, por falta de tempo” (E19, E20).

No que diz respeito à partilha de responsabilidades e tomadas de decisão, a maioria partilha e decide em conjunto com os maridos, companheiros e/ou filhos. Salienta-se, contudo, que relativamente às famílias monoparentais são as próprias responsáveis quem decide sobre questões relevantes (E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E14, E15, E16, E17, E23, E24, E25, E26). Como podemos verificar “as responsabilidades são partilhadas entre mim e o meu marido”; “não tenho marido nem filhos, as responsabilidades são divididas com os meus irmãos (...) as decisões são tomadas em conjunto”; “relativamente aos nossos filhos, somos os dois responsáveis por eles, ambos decidimos”.

Cinco famílias monoparentais referiram que as responsabilidades e decisões são tomadas por elas próprias (E2, E8, E13, E18, E21), “a minha família continua a ser monoparental, por isso desde sempre fui a única responsável”; “sou eu que tomo as decisões”; “quem decide aqui sou eu, depois digo-lhes, elas não tomam decisões”; “nesta casa tudo aquilo que faço, eu projeto e faço sozinha”. Todavia, duas entrevistadas referiram que “algumas decisões são tomadas individualmente”; “nem sempre”; “há decisões sobre a família que são tomadas por mim enquanto matriarca e há decisões que

são tomadas a título individual”, pressupondo que há decisões individuais e conjuntas. (E20, E22).

2.2. Situação Laboral

As entrevistadas exercem atividade profissional em diversas áreas, tendo sido identificadas as seguintes profissões: empregada doméstica, cozinheira, empregada de balcão, agente de geriatria, auxiliar da ação educativa, peixeira, ajudante de cozinha, empregada de mesa e bar, consultora imobiliária, secretária e vigilante, sobressaindo a profissão de empregada doméstica em casas particulares. Verificou-se ainda que algumas entrevistadas mantêm essa atividade apesar de se encontrarem reformadas, enquanto outras conciliam com o exercício de outras profissões.

Quanto a motivações, todas as entrevistadas referiram o gosto pelo trabalho, como a sua principal motivação “sou cozinheira, adoro cozinhar, nunca me faltou motivação”; “faço com gosto e muito boa vontade”; “gosto de trabalhar na cozinha e também como aquilo é uma escola também gosto de trabalhar com crianças”.

Relativamente às expectativas de progressão na carreira, a maioria que trabalha como empregadas de limpeza, cuidadora e na área da restauração não tem essa expectativa “nunca somos valorizados daquilo que fazemos porque pensam que é fácil, é muito esforçado e através deste trabalho esforçado que eu hoje estou com problema de saúde”; “o pessoal das limpezas não é valorizado, não existe progressão para as que não têm estudos”; “gostaria de fazer outras coisas”; “não acho que vou progredir nisto, até porque o meu objetivo é outro”, “estou neste porque a situação não permite que tenha outra coisa”, “acho que não ganho bem para trabalho que faço, mas gosto, também faço pelas crianças, gosto de estar envolvida no meio delas (...) aprendo com elas e também ensino todos os dias (...) “acho que neste trabalho não vou progredir” (E4, E14)

Relativamente às restantes profissões, oito entrevistadas referiram sentir-se motivadas e com expectativas de progressão, seja através dos estudos (cursos de formação), seja através de aumento salarial, negócio próprio ou simplesmente pelo gosto que têm no que fazem, como podemos verificar: “expectativas de progressão nesse trabalho acho que sim”, “expectativas de progressão, abrir pelo menos mais um restaurante, é isso que espero”; “tentamos sempre progredir”; “mas quero progredir, ter um negócio próprio”; “agora sou gerente da cantina do pessoal”; “tenho expectativas de

aumento de rendimento”; “tenho grande expectativa de progressão”; “perspetivas de progressão sim, queria terminar o 12º ano”; “perspetivas de progressão, gostava de fazer um curso de cozinha porque não tenho” (E2, E3, E5, E18, E21, E22, E25; E26).

Quanto à situação socioeconómica, treze entrevistadas consideraram a sua situação estável/razoável, permitindo-lhes viver condignamente. No entanto, algumas beneficiam de apoios sociais e/ou de familiares. Outras referem, ainda, que apesar de terem uma situação razoável, conseguem por vezes com esforço, fazer alguma poupança “dá para viver dignamente”; “dá para viver uma vida digna”; “dá para conciliar”; “vida condigna tento fazer por isso, mas não é fácil; “vou conciliando com o dele (marido) e chega”; “dá para o dia-a-dia (...) estou estável”; “sim (...) neste momento como vivo na casa dos meus pais estou bem” (E2, E3, E5, E8, E10, E11, E12, E16, E18, E19, E20, E23, E25).

Constatou-se que nove entrevistadas consideraram que a sua situação socioeconómica não lhes garante uma vida condigna, referindo igualmente que sobrevivem com apoios sociais ou de familiares “a minha situação socioeconómica é fraca (...) tenho apoio de RSI e de Banco Alimentar”; “tenho apoios sociais sim, tenho banco alimentar, tenho abono das crianças (...) recebo pensão de alimentos das crianças, tenho apoio dos meus pais e também dos meus irmãos”; “a minha situação está complicada (...) eu não tinha apoio do Estado, mas da minha família sim”; “O dinheiro da reforma não dá para viver tranquila”; “eu sobrevivo com uma pequena pensão de viuvez do meu marido, não dá para fazer nada (...) está mau (...) tenho o banco alimentar”; “não me dá para viver uma vida condigna (...) “Banco Alimentar uma vez por mês”; “não dá para garantir uma vida condigna (...) Considero má porque vivemos com muitas privações (...) sim, do banco alimentar” (E1, E6, E7, E9, E13, E14, E21, E17, E24). Apenas duas entrevistadas referiram ter boas condições económicas e conseguir fazer poupança “ganho bem e dá para pagar as contas e para fazer uma economiazinha”; “tenho uma situação socioeconómica estabilizada” (E4, E22,).

2.3. Hábitos e vivências culturais – tradições

Sendo os estrangeiros do Bairro maioritariamente cabo-verdianos, a cultura está muito enraizada na comunidade. Os hábitos culturais mais referidos foram a solidariedade e o espírito de entreatajuda nas cerimónias religiosas e fúnebres, bem como em festas particulares, a confeção de pratos tradicionais, a língua cabo-verdiana – crioulo, e ainda,

a música e a dança. Como elas próprias referem: “festejar as cerimónias religiosas (...) o espírito de entreatajuda é grande (...) juntámo-nos para prestar solidariedade sempre que morre alguém”; “é costume juntar-se nos funerais e nas festas, existe um grande espírito de solidariedade e de entreatajuda nessas situações, algumas atividades são também excursões, passeios, temos por hábito cozinhar pratos tradicionais cabo-verdianos”; “aqui no bairro vivemos como irmãos, quando está sol sentamo-nos ao sol, chamamos alguns colegas, aqueles com quem nos damos melhor e convivemos”; “as festas só vamos quando somos convidados, mas as mortes temos que ir mesmo sem ser convidado”; “faço pratos típicos de Cabo Verde”; “cozinho cachupa, congo, feijão, cozinho tudo”; “fazemos uma cachupa, uma mandioca, um arroz e um guisado”; “faço cachupa, cuscuz, xerém, feijão”; “falar crioulo é aquilo que me faz estar mais à vontade”; “a língua cabo-verdiana toda a gente fala crioulo”; “falamos crioulo com toda a gente, aqui em casa é mais crioulo”; “falamos todos crioulo, a língua que nos une”. Como verificamos, a comunidade cabo-verdiana não esquece o seu país de origem, é um povo com uma cultura muito própria, com características muito particulares e a sua transmissão é fundamental para os mesmos. Como menciona Backstrom (2009), a cultura é preservada e com ela transportada quando as suas opções de vida passam pela imigração.

Quanto à relação com outras naturalidades e culturas, as entrevistadas foram unânimes em referir a existência de relações com outras nacionalidades e culturas. No entanto, a convivência maior acontece entre os próprios cabo-verdianos “eu convivo com todas as culturas”; “é fácil, damo-nos bem, o povo cabo-verdiano é um povo muito simpático, acolhedor, amigo, imensas festas, nós gostamos disso, é tudo muito bonito”; “tenho amigas cabo-verdianas e amigas de outras nacionalidades, outras culturas, saímos para passear e fazemos um pouco de tudo”; “nos bairros, as pessoas têm tendência em ser mais humildes, logo, é mais fácil cultivar a amizade entre todos e existe alguma relação de proximidade entre todos”. A relevância do convívio intercultural é fundamental para a criação de experiências compartilhadas. Como aludem Moreira; Bracons; Marques & Almeida (2023) estamos cada vez mais perante territórios claramente multiculturais, quer em dinâmica, quer em diversidade.

A maioria das entrevistadas referiu que a vivência entre os adultos era pacífica, pautando-se por relações de amizade, espírito de solidariedade, entreatajuda e união entre as pessoas, seja em ocasiões festivas ou em momentos de crise (E2, E3, E10, E14, E15,

E16, E17, E18, E19, E20, E22, E23, E24, E25), “os cabo-verdianos são alegres, são unidos entre eles”; “colaboramos muito uns com os outros”; “aqui entre nós temos uma união que eu gosto”; “positivo é a amizade, a boa convivência e relação com os vizinhos, principalmente aqueles que já eram da Pedreira dos Húngaros”; “acho que o povo está unido e colaboramos uns com os outros, pese embora cada um na sua casa (...) nos momentos de luto visitamos uns aos outros, damos conforto e procuramos a melhor forma de apoiar”; “há muito espírito de solidariedade, entreadajuda, união, amizade, é tudo muito bonito, mas, também na parte negativa são uns demónios”.

Relativamente aos jovens, foi fortemente criticada a situação dos mesmos, a negligência dos pais ao nível da educação e face aos comportamentos desviantes dos filhos. A maioria das entrevistadas demonstrou grande preocupação em relação à violência crescente entre os jovens, considerando alguns problemáticos, conflituosos e violentos, principalmente quando estão sob o efeito de substâncias psicoativas (álcool e drogas), chegando a utilizar armas brancas e de fogo durante as agressões. Lamentam que os jovens não estejam a aproveitar as oportunidades que os seus pais não tiveram, bem como a falta de vontade e de iniciativa por parte dos mesmos “aqui os miúdos são muito mal-educados, eles brigam entre eles, esfaqueiam-se, dão tiros, bebem e fazem o que não devem, pronto, este é um bairro de conflitos”; “os jovens hoje em dia, também têm aqueles grupos e se calhar são um bocado rebeldes”; “os jovens que estão nos cafés parados a conversar deviam de ir buscar trabalho ou buscar um curso para não estarem assim desocupados só a jogar”; infelizmente, os jovens da comunidade têm tudo para ter um futuro melhor do que os pais, mas não aproveitam”; “os miúdos de dez, onze anos estão na rua até às quatro/cinco horas da manhã, acho isto muito mal” (E1, E3, E4, E5, E8, E9, E12, E14, E16, E17, E18, E19, E22, E24, E25).

Relativamente ao bairro em si, foram referidos questões relacionadas com a falta de civismo “nem toda a gente que veio dos bairros sabe viver nos bairros camarários”; “as pessoas que têm os seus animais de estimação e não sabem como cuidarem deles, nem do prédio”; “o aspeto mais negativo que consigo verificar é o facto de algumas pessoas não serem mais cuidadas no exercício das suas responsabilidades com o lixo que produzem”; “ao entrar nos prédios também vemos organização bem como desorganização, mas isso acontece em todo o lado, não só no bairro (...) Por vezes existem pequenos conflitos num prédio que se podiam resolver localmente” (E5, E10,

E21, E23). Ainda sobre o bairro, uma entrevistada (E26) considerou positiva a existência de redes de apoio às crianças e jovens, nomeadamente as associações de jovens, os clubes de futebol e os treinos de andebol “positivo são as associações, os clubes para os miúdos jogarem a bola, os treinos de andebol e de futebol que temos no bairro”.

Relativamente ao associativismo, segundo a análise efetuada, este é quase inexistente no bairro. Salienta-se que existe no bairro uma Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora Portuguesa, mas que a maioria das entrevistadas desconhece-a. Importa referir que, das entrevistadas que conhecem e que se tornaram sócias desta associação, apenas uma se mantém, sendo esta a sua própria a fundadora “esta associação foi fundada por mim, com muito orgulho, até hoje é a única associação cabo-verdiana na diáspora em Portugal” (E23).

2.4. Educação e acompanhamento dos filhos

Quanto ao percurso pessoal e a importância dos estudos, todas as entrevistadas foram educadas em ambiente onde se valorizava os estudos, sendo que as próprias também os consideram muito importantes. Porém, pelos mais variados motivos, muitas não conseguiram ser bem-sucedidas a esse nível, sobressaindo a baixa escolaridade e o analfabetismo. Como mencionam, “os meus pais valorizavam a escola, mas não nos deixavam ir à escola porque nós éramos do interior e naqueles tempos a mulher não ia à escola”; “a minha mãe valorizava os estudos, mas como eu era menina adaptou-se à época, por isso nunca fui à escola, não sei ler nem escrever” (E9, E13, E24).

Quando questionadas sobre os seus percursos, uma entrevistada referiu: “o meu percurso avalio péssimo” (E2), outra entrevistada apontou como insatisfatório (E25), “o meu progresso nos estudos não foi grande coisa, mas foi por minha culpa”, uma outra entrevistada classificou-o como mau “o meu percurso foi mau na escola, não foi por falta de incentivo, foi mesmo pela minha cabeça” (E26).

Sete entrevistadas (consideraram que o nível escolar que alcançaram foi baixo, lamentando a situação (E7, E17, E19, E21, E22, E25, E26), “eu larguei a escola, mas era muito importante que eu continuasse, só agora é que eu vi”; “o meu percurso escolar foi complicado porque eu não gostava da escola. Agora já dou mais importância ao estudo e estou arrependida de não ter estudado mais”; “se soubesse não tinha desistido”; “o meu

percurso escolar deveria ter sido mais aproveitado, mas devido às vicissitudes da vida não me foi possível”.

Três entrevistadas (E5, E14, E18), referiram ter abandonado os estudos por motivos de trabalho, namoro e gravidez, respetivamente “na altura eu era muito nova apaixonei-me pelo meu namorado, hoje é meu marido, fiquei loucamente cega e larguei a escola”; “estudei até ao 5º ano e depois não pude estudar mais devido à minha gravidez, tinha então 14 anos na altura”; “até ao sétimo ano tive um percurso normal, depois, entretanto, como tive filhos deixei de estudar”.

Todas as entrevistadas consideraram a escolaridade como relevante na sua vida, como nos mostram os discursos: “para mim a escola é de elevada importância”; “para mim a escola é importante, muito importante, tenho orgulho de vocês que estudaram”; “para mim o estudo é muito, muito importante, só agora aos 45 anos é que tive oportunidade de voltar à escola”; “para mim a escola é uma coisa muito importante, por isso lutei para aprender alguma coisa, trabalhei e estudei ao mesmo tempo”; “valorizo bastante os estudos, é fulcral para a vida profissional no futuro”. Relativamente ao ensino básico, duas entrevistadas referiram ter concluído o 4º ano, duas concluíram o 7º ano, duas concluíram o 8º ano e sete concluíram o 9º ano. Relativamente ao nível secundário, sete entrevistadas referiram ter frequentado não tendo, no entanto, esclarecido se concluíram esse nível. Quanto ao ensino superior, apenas uma entrevistada referiu ter concluído a licenciatura, tendo considerado o seu percurso escolar bom, ao afirmar que: “tive bom percurso escolar, considero os estudos muito importante, valorizo bastante os estudos, é fulcral para a vida profissional no futuro”.

No que diz respeito ao percurso escolar dos filhos, seis entrevistadas manifestaram tristeza pelo facto de os filhos terem abandonado a escola (E1, E11, E13, E14, E16, E24) “foi muito triste porque eu deixei-os à vontade e fui trabalhar, a minha vida foi mais trabalhar (...) Quando tentei olhar para a situação escolar já era tarde demais, já tinham abandonado a escola”; “os meus filhos não estudaram muito, mas eu insisti muito com eles, um foi até ao décimo, outro foi até ao 11º e aí ficaram por opção deles”; “os meus filhos estudaram até certa altura, abandonaram”; “os meus filhos foram todos à escola, estudaram até onde quiseram, um chegou ao décimo ano, outro não terminou 12º, cada um foi à sua vida”; “os meus filhos tiveram um percurso conturbado, exceto uma filha que seguiu até à universidade e fez uma licenciatura”. Como menciona Batalha (2008), a

maior parte dos filhos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal abandonam a escola muito cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a escolaridade obrigatória o que ajuda ainda mais na exclusão da comunidade.

Devido à idade atual dos filhos, sete entrevistadas referem ainda estar a acompanhar os seus percursos e consideram-nos positivos até ao momento (E3, E5, E6, E8, E14, E25, E26) “os mais novos com 12 anos e 10 anos, considero um percurso de escolaridade muito satisfatória até o momento “neste momento está estável graças a Deus”; “o percurso escolar está a ser bom”; “está tudo a estudar, estão bem”; “os mais novos com 12 anos e 10 anos, considero um percurso de escolaridade muito satisfatória até o momento”. Uma entrevistada referiu estar a efetuar esse acompanhamento com muitas dificuldades, devido aos problemas comportamentais do filho (E15), “eu sou muito participativa até porque tenho uma peste que me chamam quase todos os dias na escola e tenho de estar muito presente porque ele tem um défice de atenção, tenho de estar muito em cima, não é tanto a aprendizagem, é o comportamento”.

Relativamente à comunicação e articulação com a comunidade educativa, a maioria dos pais tem contactos regulares, presenciais ou por outros meios, por iniciativa própria ou por iniciativa da escola. “tento sempre estar presente, mesmo com o diretor de turma, através da caderneta do aluno, tento sempre estar informada”; “tenho contatos regulares com a escola”; “eu comunico regularmente com a escola sim, com a diretora de turma (...) Tenho o whatsapp e falamos todos os dias, um grupo da diretora de turma”; “eu ia às reuniões, falava com a diretora e falava com os professores, quando as reuniões fossem no horário do trabalho eu não ia, mas eu marcava outro dia à parte”. “todas as semanas os professores ligavam-me”.

Apenas três entrevistadas (E1, E4, E24) referiram que os contactos com a escola eram irregulares, uma porque ficava sempre a aguardar que a iniciativa partisse da escola, a segunda por motivos de trabalho e por não ser o encarregado de educação e a terceira por não saber ler nem escrever e acreditar no que os filhos lhe diziam “a articulação é irregular”; “não comunicava com regularidade porque eu ia trabalhar e o tempo não dava para ir saber de reuniões (...) o responsável pela educação era o meu pai”; “não existia comunicação regular, quase nunca ia à escola. Se os filhos dissessem que estava tudo bem nós acreditávamos”.

No que diz respeito à perceção sobre o insucesso e o abandono escolar, todas as entrevistadas foram unânimes em considerar benéfica a existência de projetos que apoiem a esse nível, por considerarem que a forma como o ensino está atualmente instituído, não beneficia todos os alunos. Algumas das entrevistadas frisaram que o insucesso e o abandono escolar precoce são preocupações que têm que ser tratadas por toda a comunidade, nomeadamente, escolas, famílias, alunos e governo. Como podemos verificar: “eu acho bem a existência desses projetos, pena é que os meus filhos não se sentiram incentivados e não souberam aproveitar”; “a escola tinha projetos e é muito bom que as crianças não abandonem a escola”; “eu acho que projetos para combater o abandono escolar devem existir porque nesta altura eu tenho quase 30 anos e estou arrependida de não ter acabado a escola, porque agora eu podia estar num emprego melhor”.

Duas entrevistadas (E7, E26) referiram que a solução encontrada para prevenir o insucesso e o abandono escolar precoce foram os Cursos de Educação Formação e os Cursos Profissionais, “a escola tinha projeto e é muito bom que as crianças não abandonem a escola (...) ela não queria e quando decidiu fazer o curso profissional eu disse, olha é melhor agarrar um profissional do que abandonar”; “eu acho que a escola devia ter alguma coisa para ajudar, para prevenir, para evitar que os miúdos abandonem a escola”. Duas entrevistadas (E21, E23), referiram que o assunto deve ser visto com preocupação, deve ser tratado por toda a comunidade e que devem implementar-se medidas em que todos tenham igualdade de oportunidades, como afirmam: “na minha opinião este tema é um assunto que deve ser visto com preocupação e tratado por toda a comunidade (escolas, famílias, alunos, governo) por forma a criar medidas para combater o insucesso e o abandono escolar. Deve-se implementar medidas em que todos tenham igualdade de oportunidades na educação, pois trata-se de um direito fundamental”.

Podemos constatar que, apesar de as mulheres cabo-verdianas enfrentarem uma série de desafios para conseguirem sustentar, acompanhar e educar os seus filhos, muitas demonstram uma forte determinação e conseguem garantir o sucesso académico de suas famílias. Os apoios adequados, tanto das respostas educativas e formativas quanto da comunidade em geral, são essenciais para ajudá-las a superar os desafios, promover o bem-estar pessoal e familiar bem como o sucesso escolar dos seus filhos.

Considerações finais

Em jeito de reflexão conclusiva, podemos considerar que, a imigração pode ter um impacto significativo na dinâmica familiar e no papel das mulheres cabo-verdianas, especialmente em relação à gestão do trabalho e da vida familiar, incluindo o cuidado dos filhos. Quando as mulheres cabo-verdianas imigram para outros países, enfrentam desafios únicos relacionados com a conciliação entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares.

Em muitos casos, as mulheres imigrantes cabo-verdianas assumem múltiplos empregos para sustentar suas famílias, o que pode resultar em longas horas de trabalho e menos tempo disponível para cuidar de seus filhos. Além disso, a falta de redes de apoio familiares e sociais no novo país pode aumentar a pressão sobre as mulheres imigrantes, tornando ainda mais desafiante a gestão do trabalho e da vida familiar.

Sobre a conciliação do trabalho e família, Silva (2012), faz referência sobretudo às mulheres que executam, sozinhas, esta função. A autora refere que trabalhar e criar uma criança é uma tarefa de difícil gestão entre a vida familiar e profissional. Segundo a autora, os recursos são insuficientes para o apoio e ajuda às mulheres que desejam que a sua criança cresça segura, saudável, com oportunidades e feliz. É necessário uma articulação entre as famílias, as escolas, a comunidade e Leis de protecção que salvaguardem esta preocupação.

Nesse contexto, é crucial que políticas públicas e programas sociais reconheçam e abordem as necessidades específicas das mulheres imigrantes cabo-verdianas, proporcionando acesso a serviços de cuidados infantis acessíveis e de alta qualidade, flexibilidade no local de trabalho e apoio para desenvolver redes de apoio comunitário.

Além disso, é importante promover uma cultura organizacional que valorize e apoie a conciliação entre o trabalho e a vida familiar para todas as mulheres, independentemente de sua origem ou *status* migratório. Essas medidas podem ajudar a garantir que as mulheres cabo-verdianas imigrantes tenham as ferramentas e o suporte necessário para equilibrar as suas responsabilidades de trabalho e familiares, de maneira mais eficaz.

Referências Bibliográficas

Backstrom, B. (2009). *Saúde e Imigrantes: As representações e as práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa*, ACIDI, ISBN 978-989-8000-79-8.

Batalha, L. (2008). *Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade. Comunidade (s) cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, 25-36.

Moreira, C. D., Bracons, H., Marques, J.; Almeida, C. (2023). Construir Relações, Valorizar a Diversidade - Uma Experiência Universitária. *E- Revista De Estudos Interculturais*, (11). <https://doi.org/10.34630/e-rei.vi11.5326>

Delgado, S. (2013). *Vários Percursos Diversas Identificações. Descendentes de Migrantes Cabo-verdianos no Bairro do Talude – Unhos*, Lisboa, ACIDI, I.P.

Ferreira, J. (2009). *Serviço Social e Modelos De Bem-Estar Para a infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família* [Tese de Doutoramento em Serviço Social, ISCTE].

Grassi, M. & Évora, Y. (2006). (Org.). *Género e Migrações Cabo-verdianas. Estudos e Investigações*, 43, Imprensa de Ciências Sociais (ICS).

Neves, J. (2008). *Cabo Verde Gestão das Impossibilidades*. Rosa de Porcelana Editora.

Oliveira, C. R. (2022). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2022*. 1ª ed. (Imigração em Números – Relatórios Anuais 7) OM.

Queiroz, S. (2010). *Literatura e Representação Social das Mulheres em Cabo Verde: Vencendo Barreiras*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]

Ramos, M. & Dias, M. (2020). Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades, *Revistas de Políticas Públicas*.

Silva, M. (2012). *A Crise, a Família e a Crise da Família*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.